

# A presença de mulheres negras rurais na produção científica

## *The Presence of Rural Black Women in Knowledge Production*

Valdirene de Jesus Ferreira\*

Mayra Silva dos Santos\*\*

Palavras-chave:  
Produção científica  
Mulheres negras rurais  
Epistemologia crítica

Resumo: O artigo tem como objetivo investigar a produção científica sobre as mulheres negras rurais, a partir de um levantamento realizado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), vinculado à plataforma do CNPq. A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e documental, com o intuito de identificar produções científicas que abordassem a realidade das mulheres negras em contextos rurais brasileiros. Para tanto, foram utilizados termos-chave como “mulheres”, “mulheres do campo”, “mulheres rurais” e “mulheres negras rurais/do campo”, sem delimitação por área do conhecimento ou período temporal, de modo a obter um panorama abrangente e atualizado da produção existente. Os resultados revelaram a inexistência de grupos de pesquisa dedicados especificamente às mulheres negras rurais, o que evidencia uma significativa invisibilidade epistêmica. Tal ausência aponta para a persistência de desigualdades estruturais e para os silenciamentos históricos que marcam a produção do conhecimento no Brasil.

Keywords:  
Scientific production  
Rural Black women  
Critical epistemology

Abstract: The article aims to investigate the scientific production on rural Black women through a survey conducted in the Directory of Research Groups in Brazil (DGPB), linked to the CNPq platform. The study adopted an exploratory and documentary approach in order to identify scientific outputs addressing the realities of Black women in Brazilian rural contexts. To this end, key terms such as “women,” “women of the countryside,” “rural women,” and “rural/countryside Black women” were used, without delimitation by field of knowledge or time period, so as to obtain a comprehensive and up-to-date overview of existing production. The findings revealed the absence of research groups specifically dedicated to rural Black women, highlighting a significant epistemic invisibility. Such absence points to the persistence of structural inequalities and to the historical silences that shape knowledge production in Brazil.

Recebido em 17 de fevereiro de 2026. Aprovado em 22 de maio de 2026.

## Introdução

A produção científica, historicamente, tem sido marcada por uma perspectiva hegemônica que privilegia determinados grupos sociais, enquanto marginaliza outros. Nesse cenário, a crítica epistemológica se apresenta como um instrumento fundamental para compreender a dinâmica da ciência, questionando como o conhecimento é produzido, por quem e a serviço de quais interesses.

Em contraste com a epistemologia normativa, a descentralização epistemológica surge como uma estratégia potente para romper com a invisibilidade e a indiferença da ciência moderna diante de determinados sujeitos e problemas sociais. Tal abordagem permite tensionar os modos tradicionais de produção do saber, abrindo espaço para perspectivas historicamente silenciadas.

Com base em pesquisas em andamento<sup>1</sup>, este artigo propõe problematizar a presença, ou mais

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Financiada pela Fundação de Amparo a pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo nº: 2022/11616-1. E-mail: [valdireneferreira2013@gmail.com](mailto:valdireneferreira2013@gmail.com).

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professora do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais - CP/UFMG. E-mail: [mayra.silva9152@gmail.com](mailto:mayra.silva9152@gmail.com).

precisamente, a ausência de investigações voltadas às mulheres negras em contextos rurais. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, de cunho crítico, orientada pelas epistemologias decoloniais e feministas negras. A perspectiva teórico-metodológica adotada busca tensionar a produção científica hegemônica, evidenciando como determinadas populações, como as mulheres negras das áreas rurais, têm sido historicamente silenciadas nos espaços acadêmicos e institucionais.

Foi realizada uma revisão de literatura crítica, centrada em autores e autoras que discutem a marginalização epistêmica de sujeitos racializados e territorializados, com destaque para Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins (2019) e Claudia Cardoso (2017). Complementarmente, desenvolveu-se um levantamento de caráter ensaístico e exploratório junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), mantido pelo CNPq, com o objetivo de verificar a lacuna existente entre grupos e linhas de pesquisa dedicados especificamente às mulheres negras rurais e/ou do campo.

A busca foi conduzida entre setembro de 2024 e junho de 2025, com o intuito de captar possíveis atualizações no banco de dados. Utilizaram-se expressões-chave como “mulheres”, “mulheres do campo”, “mulheres rurais”, “mulheres negras do campo” e variações, buscando abranger um escopo mais amplo. As buscas foram aplicadas nos campos de nome do grupo, nome da linha e palavras-chave. Os grupos selecionados foram analisados a partir das descrições de suas linhas de pesquisa, com o intuito de identificar menções explícitas às interseccionalidades entre gênero, raça e território. Tal escolha metodológica não pretende esgotar o tema, mas contribuir com uma reflexão crítica sobre a persistente marginalização das mulheres negras em contextos rurais na produção científica brasileira.

Mas antes de avançarmos, é importante discutir os termos: rural e campo, que foram utilizados como palavras-chave e que compõem a descrição dos grupos e linhas de pesquisas analisados. “Rural” e “campo” podem ser usados como equivalentes, mas carregam distinções teóricas e políticas relevantes. O conceito de “rural” tem sido historicamente empregado como categoria

administrativa, estatística e territorial, vinculada a delimitações espaciais ou demográficas estabelecidas pelo Estado. Já o termo “campo”, especialmente no âmbito da Educação do Campo, assume uma dimensão político-epistemológica que ultrapassa a localização geográfica. Conforme argumenta Caldart (2012), o “campo” expressa um projeto social e educativo construído a partir das lutas dos sujeitos coletivos do campo – camponeses, quilombolas, assentados, povos tradicionais – afirmando identidades, modos de vida e direitos historicamente negados. Fernandes e Molina (2004) reforçam que a noção de campo está articulada às disputas por terra, trabalho e educação, sendo inseparável dos movimentos sociais que reivindicam políticas públicas específicas e o reconhecimento de suas territorialidades. Para sintetizar, Kolling et al (1999) esclarecem que a expressão “rural” está relacionada a uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva e capitalista, nessa perspectiva, transforma-se a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. Em contraposição, o termo “campo” tem como finalidade ampliar o debate nacional sobre a educação no mundo rural, levando em consideração o contexto do campo em termos de cultura específica, bem como a maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente, além do modo de viver, de organizar a família e o trabalho.

A escolha pelo termo “campo”, portanto, representa uma ruptura com leituras tecnicistas ou meramente descritivas do rural, afirmando o campo como espaço de produção de saberes, cultura, resistência e projetos de futuro (perspectivas que compactuamos). Entretanto, o presente dossiê adota a terminologia “rural” em sua formulação temática e optamos por utilizá-la ao longo deste artigo, sem desconsiderar as contribuições teóricas que fundamentam a concepção de “campo” enquanto categoria político-analítica. Assim, o uso de “rural” neste texto dialoga com a tradição crítica da Educação do Campo, reconhecendo as disputas conceituais que atravessam essa nomenclatura e mantendo a centralidade dos sujeitos e das territorialidades.

## **Produção epistêmica sobre mulheres negras: uma construção acerca do conhecimento produzido no/para o rural**

A história da colonização brasileira está profundamente enraizada em um modelo escravocrata implantado pelos portugueses, que estabeleceu as bases de inúmeras desigualdades sociais persistentes até os dias atuais. Esse modelo favoreceu a exploração sistemática dos corpos negros e da terra, relegando o rural a um espaço de subalternidade e invisibilidade. Como destacam Marcília Nascimento e Oziel Teixeira (2021), o Estado brasileiro carrega uma dívida histórica com essa população, sobretudo com os sujeitos que ali vivem e trabalham sob as marcas de exploração e marginalização herdadas desse passado colonial.

O sistema agroexportador dependente, desenvolvido durante o período colonial, sustentava-se na exploração violenta do trabalho escravizado. Essa prática não apenas desumanizou os trabalhadores rurais, mas também estruturou uma lógica social na qual direitos políticos, sociais e trabalhistas foram sistematicamente negados. Essa violência, como afirma Stelamaris Melo (2016) não cessou com o fim da escravidão, mas foi reconfigurada e reproduzida ao longo do tempo, alimentando as desigualdades estruturais que ainda hoje atingem de maneira intensa a população rural, em especial as mulheres negras.

Essas dinâmicas históricas de exclusão e exploração contribuíram para a constituição de uma dívida social com os povos rurais, refletida em vários aspectos da vida rural contemporânea, inclusive no acesso à educação. Apesar disso, ainda é notória a ausência de um comprometimento efetivo com o enfrentamento das problemáticas educacionais no meio rural, especialmente no que diz respeito às mulheres negras.

Alvana Bof (2006) chama atenção para a escassez de pesquisas voltadas à educação dos sujeitos do campo, revelando o tratamento marginal dado à temática tanto pela academia quanto pelo Estado. O desinteresse por parte das ciências sociais em aprofundar a realidade rural revela uma percepção distorcida e elitista, “como se o rural tivesse perdido

toda a consistência histórica e social e sua extinção fosse considerada um dos resultados normais, previsíveis e até mesmo desejáveis da modernização da sociedade” (Bof, 2006, p. 79). Essa marginalização está relacionada à construção histórico-social de um imaginário que inferioriza o rural, como nos alerta Walter Marschner (2011), associando o desenvolvimento e o progresso exclusivamente ao espaço urbano. Para as mulheres negras que vivem em tal localidade, além das implicações territoriais, soma-se às questões relacionadas ao gênero e à raça como desafios a serem superados ao longo de suas trajetórias.

No que concerne à raça, ela pressupõe uma hierarquização fenotípica que foi essencial para construir identidades excludentes, como lembra Achille Mbembe (2018). Desde então, o termo “negro” tem sido atrelado à noção de raça como um marcador de inferioridade. Embora o conceito biológico de raça tenha sido superado cientificamente, sua força simbólica e social permanece atuante, inclusive no campo da ciência, onde os estudos raciais são frequentemente deslegitimados. Como pontuam Abrahão Santos e Luiza Oliveira (2021, p. 251), “os estudos raciais passam a ser negados, afinal, raça não existe!”. Esse cenário pode ser resultado do fato de a produção do conhecimento científico ser historicamente eurocentrada e, conseqüentemente, ter negado o reconhecimento da subjetividade negra e das vivências específicas das mulheres dessa raça. Mesmo com o avanço das discussões interseccionais, a presença da população negra como objeto legítimo de pesquisa ainda é mediada por referenciais brancos e coloniais. A crítica epistemológica de Ana Pontes-Saraiva e Ciani Neves (2021, p. 1181) revela que “suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes”.

Essa supressão, sobretudo no que se refere às mulheres negras, é uma estratégia do racismo epistêmico. Segundo Claudia Cardoso (2017, p. 1), o racismo científico do século XIX construiu corpos negros destituídos do status de “ser”, negando-lhes a capacidade de produzir conhecimento e de participar da história como sujeitos. A imposição de silenciamento opera por meio do controle simbólico da voz: quem pode falar, ser escutado e produzir

saber? O direito à fala tem sido historicamente negado às mulheres negras, como enfatiza Kilomba (2019), para quem a boca - símbolo da enunciação - foi uma das partes mais controladas e oprimidas do corpo negro durante e após a colonização.

De acordo com Samara Siqueira (2021), esse silenciamento é imposto por meio de descrições feitas pelo olhar branco, que transformam o outro, neste caso a mulher negra, em objeto, negando-lhe o direito de ser sujeito. Collins (2019) aponta que o apagamento das mulheres negras e de suas ideias, em diferentes partes do mundo, tem sido essencial para a manutenção das desigualdades sociais. Rosimeiry Santana e Benedito Eugênio (2019) acrescentam que essa ausência foi construída por discursos que limitaram as mulheres negras ao espaço doméstico ou ao trabalho escravizado e precário, realidade que persiste ainda hoje, agravada pela baixa escolarização e pela ausência de políticas de equidade.

Contudo, como destaca Collins (2000, apud Cardoso, 2017), há uma base experiencial e material que sustenta uma epistemologia feminista negra, emergente da vivência coletiva. Esse saber, frequentemente construído fora da academia, é fundamental não apenas para as mulheres negras, mas também para confrontar as práticas dominantes de produção do conhecimento.

O ingresso de mulheres negras, oriundas de comunidades tradicionais e populares, nas universidades tem sido um divisor de águas. Como afirma Angela Figueiredo (2020), essa presença tem provocado um rompimento de fronteiras, colocando no centro da produção do saber sujeitos que historicamente estiveram à margem, neste caso, as mulheres negras. Apesar dos avanços, ainda há grupos dentro desse coletivo que permanecem excluídos, como as mulheres negras que vivem e atuam em territórios rurais.

Há diversas formas de existência das mulheres negras que são profundamente marcadas pelo território em que habitam. A esse respeito, Nadyelle Carmo, Fabrizia Nunes e Alex Santos (2024) alertam para o conceito de desigualdade socioterritorial, que revela como a exclusão e a inclusão social também têm um componente geográfico. O lugar em que se vive influencia diretamente as oportunidades e o acesso aos direitos, e, nesse contexto, o rural tende a ser um espaço onde as desigualdades se acentuam.

Nesse sentido, refletir sobre essas mulheres exige considerar não apenas sua subalternização enquanto sujeitos de direitos, mas também sua exclusão histórica do campo da produção científica. É preciso tensionar as ausências nos registros acadêmicos e lutar por uma ciência que reconheça e valorize os saberes produzidos por essas mulheres, em suas múltiplas territorialidades e resistências.

## **Mulheres negras da área rural: um levantamento ensaístico dos grupos de pesquisas**

Os grupos de pesquisa no Brasil começaram a se formar a partir da década de 1980, especialmente no âmbito dos Programas de Pós-Graduação (Mainardes, 2021). Sua consolidação e expansão ganharam força com a criação, em 1992, do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde então, essa plataforma tem desempenhado um papel estratégico ao oferecer um panorama abrangente da produção científica nacional, permitindo a identificação de tendências de pesquisa e o mapeamento das principais áreas de investigação desenvolvidas no país.

A emergência e institucionalização dos grupos de pesquisa estão diretamente relacionadas à expansão da pós-graduação, articulada às diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do próprio CNPq, especialmente a partir da década de 1950 (Turnes, 2021). A exigência da Capes, em 1983, de comprovação de experiência em pesquisa para a criação de novos Programas de Pós-Graduação (Resolução n. 5/1983), contribuiu significativamente para a organização de grupos acadêmicos comprometidos com a produção sistemática do conhecimento.

Considerando o papel estratégico do DGPB na visibilização das agendas de pesquisa nacionais, o estudo realizou um levantamento sistemático na plataforma com o objetivo de mapear grupos que abordem especificamente a temática das mulheres negras do campo. A partir dessa base, buscou-se compreender o grau de inserção dessas

problemáticas nas produções científicas atuais, evidenciando as lacunas e os silenciamentos ainda presentes nos espaços formais de pesquisa. As buscas ocorreram em dois momentos: primeiro em setembro de 2024 e, posteriormente, em junho de 2025 para verificar possíveis atualizações.

A coleta foi realizada sem delimitação de área de conhecimento ou recorte temporal, com o objetivo de obter um levantamento abrangente dos grupos de pesquisas em vigor. Inicialmente, optou-se por uma estratégia de busca mais ampla, utilizando o termo genérico “mulheres”. Em seguida, os critérios foram progressivamente refinados, incorporando expressões mais específicas como “mulheres do campo”, “mulheres rurais” e “mulheres da zona rural”. Posteriormente, buscou-se um maior detalhamento, com o uso dos termos “mulheres negras do campo”, “mulheres negras da zona rural” e “mulheres negras rurais”. Para cada termo, configurou-se a busca de modo que ocorresse a varredura nos campos referentes ao nome do

grupo, à linha de pesquisa e às palavras-chave cadastradas.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de grupos identificados a partir de cada expressão utilizada na busca, bem como seus respectivos anos de criação e as linhas de pesquisa que consideravam o público em questão em seus estudos. O termo que obteve maior número de resultados foi “mulheres”, com um total de 351 grupos encontrados, dos quais apenas 10 atendiam aos critérios definidos para a seleção. A expressão “mulheres rurais” resultou em 07 grupos, porém, 02 já haviam sido identificados na busca anterior (através do termo “mulheres”), então, foram selecionados 05. Já a expressão “mulheres do campo” resultou na identificação de um único grupo, que também já constava na primeira triagem. As demais expressões: “mulheres da zona rural”, “mulheres negras do campo”, “mulheres negras da zona rural” e “mulheres negras rurais”, não retornaram resultados na base consultada, conforme detalhado a seguir.

**Tabela 1. Grupos de pesquisa encontrados no Diretório do CNPq**

Grupos de Pesquisa	Ano	Linha(s) de pesquisa
Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural - NUPEDOR	1989	Relações de Gênero e Educação do Campo
Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental brasileira	2011	Quintais produtivos: soberania alimentar, transição agroecológica e gênero em sistemas agroalimentares familiares
Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural - GEPGeR	2011	Atuação das mulheres nos espaços sociais
D'GENERUS: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero	2016	A educação do campo, o campo e a comunidade: Sujeitos, currículos e cultura
XiqueXique: grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades	2018	Mulheres camponesas e tecnologias sociais
Clio: Mulheres, Diversidades e Ciência na Amazônia	2021	Mapeamento colaborativo e inclusão produtiva de mulheres
Grupo de Estudos Rurais - Agriculturas e Ruralidades	2021	Gestão Rural; Trabalho, gênero e agroecologia
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia na Amazônia - NEPAAM	2022	Comunidades Tradicionais e Mulheres Camponesas
AMA - Articulação de Mulheres na Agroecologia	2022	Agricultura familiar, Sustentabilidade, Conservação e Agroecologia; Questões de Gênero : direitos, valores e empoderamento feminino
Gênero e cadeias de valor	2023	Sustentabilidade e questões de gênero; Gênero e sociologia rural na Amazônia.
Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	2013	A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar
Núcleo de Estudos em Agroecologia	2016	Feminismo Rural e Agroecologia; Gestão da Produção e de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais e Agroecologia
Feminismo decolonial, Formação de professoras e Campesinato	2018	Formação de professoras, mulheres e feminismos nos contextos urbanos e rurais
Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS)	2019	Saúde e Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres rurais; Relações de gênero e ruralidades - PE
Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS)	2019	Saúde e Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres rurais;
Rede Multidisciplinar Inovaflorea: pessoas, manejo, conservação e caracterização de recursos naturais para inovação social e a bioeconomia inclusiva na Amazônia	2019	Gênero e ambiente: estudo sobre as mulheres da e na Amazônia - AL

Fonte: elaborado pelas autoras, com base nos dados da CNPq (2025).

A seleção dos grupos e linhas de pesquisa foi realizada com base na análise das informações disponíveis no Diretório de Grupos de Pesquisa, considerando a pertinência temática em relação ao objeto deste estudo. Inicialmente, verificou-se se os grupos apresentavam, em sua denominação ou descrição, indícios de interesse pela temática das mulheres do campo ou rurais. Quando essa indicação estava presente, procedeu-se à análise detalhada dos espelhos das linhas de pesquisa, com especial atenção aos objetivos declarados e às palavras-chave. Apenas os grupos cujas linhas evidenciaram relação direta com os termos definidos previamente na busca foram definitivamente selecionados. Como resultado desse processo, foram identificados 15 grupos e 20 linhas de pesquisa que atendiam aos critérios estabelecidos.

Durante o levantamento, problematizou-se a adoção dos termos “rural” e “campo”, observando-se que o uso da expressão “mulheres rurais” resultou em um número maior de grupos identificados, em comparação a “mulheres do campo”. Além disso, verificou-se que, na maioria dos casos, a terminologia utilizada tanto nos nomes dos grupos quanto nas linhas de pesquisa era “rural” ou “rurais”. Tal constatação permite inferir que o termo “campo”, embora em expansão, ainda não se consolidou como referência na nomenclatura acadêmica. Essa constatação remete também ao aprofundamento das discussões em torno das implicações políticas e epistemológicas da escolha dos termos.

Conforme aponta Marschner (2015), a adoção do termo “campo” está associada a uma construção político-discursiva proposta por sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que, ao reconhecerem a Educação do Campo como uma demanda historicamente situada, passaram a questionar o imaginário social que associa o “rural” ao atraso, à invisibilidade e à subalternidade. Nesse sentido, o uso do termo “campo” representa uma tentativa de ruptura com essa concepção, ao passo que afirma uma identidade coletiva, política e plural, marcada pela valorização das experiências, saberes e resistências das populações que vivem em territórios camponeses.

Desse modo, conhecer e dar visibilidade aos sujeitos que habitam essas territorialidades constitui um passo essencial para o fortalecimento da

perspectiva da Educação do Campo. O levantamento realizado, no entanto, evidencia a escassez de grupos de pesquisa voltados à investigação sobre mulheres do campo ou mulheres rurais. Mais grave ainda é a constatação da ausência de grupos que tenham como foco específico as mulheres negras residentes nessas áreas, o que revela um campo de pesquisa ainda incipiente e que necessita ser ampliado. É importante considerar, contudo, que esse cenário tende a se transformar gradualmente, à medida que mais mulheres do campo, sobretudo mulheres negras, ingressem no ensino superior e na pós-graduação, um movimento recente, mas crescente, que começa a impactar as dinâmicas de produção de conhecimento no país.

Quanto à temporalidade dos grupos identificados, observou-se que o mais antigo é o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), criado em 1989. Contudo, não é possível afirmar, com base nos dados disponíveis na plataforma, se a linha de pesquisa voltada às mulheres do campo ou rurais já existia desde a fundação do grupo ou se foi incorporada posteriormente. O segundo grupo mais antigo é o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural (GEPGeR), criado apenas em 2011, o que representa um intervalo de vinte e dois anos. A partir desse marco, observa-se uma maior frequência na criação de grupos com essa temática, com a média de um novo grupo por ano, o que pode indicar um crescimento gradual do interesse acadêmico por essa área.

Realizando uma análise de alguns desses anos de criação à luz de marcos históricos, percebemos que a constituição deles tende a estar relacionadas aos avanços institucionais e políticos no campo dos direitos das mulheres, frutos da articulação entre os movimentos sociais, as políticas públicas e a produção acadêmica. Para exemplificar, em 1986 foi fundada a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (Recoaro, 2023), um espaço institucional fundamental para a inserção das pautas de gênero no movimento sindical e nas políticas públicas brasileiras com reflexos sobre a valorização da educação das mulheres, que pode ter influenciado na formação do NUPEDOR, em 1989. Já 2011 marcou o fortalecimento de ações voltadas à promoção do acesso e permanência das mulheres na

educação, como a ampliação do Programa Mulheres Mil, direcionado à formação educacional e profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade (Alaniz; Mantovani; Luvizotto, 2016), mesmo ano em que o GEPGeR foi iniciado.

Essas exemplificações possuem caráter ensaístico e ilustrativo da análise, o objetivo desta análise não foi esgotar todas as possíveis conexões históricas, mas demonstrar que a constituição de grupos de pesquisa pode refletir movimentos sociais e institucionais mais amplos. Assim, os demais anos não foram analisados em profundidade, pois extrapolariam a proposta do estudo, que busca verificar a presença das mulheres negras do campo como objeto de estudos dos grupos de pesquisa. A respeito disso, constatou-se a ausência de qualquer menção explícita a esse grupo social nas descrições das linhas de pesquisa ou nas denominações dos grupos identificados. Tal constatação revela uma lacuna significativa na produção científica contemporânea no que diz respeito à interseccionalidade entre gênero, raça e território rural. Ainda que algumas abordagens de gênero ou perspectivas decoloniais possam, em alguma medida, abarcar experiências de mulheres negras, a não explicitação do marcador racial evidencia o quanto ele ainda é negligenciado nas investigações acadêmicas sobre o campo e as ruralidades.

Essa exclusão epistemológica reflete o tratamento social historicamente dispensado a essas mulheres. Embora o fim da escravidão remonte a mais de um século, as estruturas herdadas do colonialismo continuam a produzir desigualdades profundas e persistentes. Mesmo diante dos avanços legais e institucionais que estabelecem um conjunto de direitos voltados à garantia da dignidade humana, tais direitos ainda não se efetivam de maneira universal, especialmente quando se considera a interseção entre gênero, raça e classe social (Veras, 2019).

Nesse contexto, as mulheres negras rurais ocupam uma posição marcada pela precarização da cidadania e pela limitada possibilidade de reivindicação de direitos, como destacam André Bueno e Marta Lopes (2018, p. 5): “as mulheres rurais pobres potencialmente possuem menores possibilidades de exercício da cidadania, de luta pelos seus direitos”. Embora historicamente tenham

desempenhado um papel central na reprodução da vida em seus territórios, tanto na sustentação de suas comunidades quanto na resistência às dinâmicas de expropriação e violência promovidas pela expansão da lógica mercantil, elas seguem sendo sistematicamente desvalorizadas e excluídas dos espaços de reconhecimento e representação (Gusmão, 1994).

A ausência de grupos e linhas de pesquisa explicitamente voltados às mulheres negras do campo, constatada no levantamento realizado na plataforma do CNPq, evidencia uma lacuna epistemológica que transcende a mera omissão temática. Trata-se de um reflexo direto das desigualdades estruturais que moldam não apenas a realidade social, mas também os próprios processos de produção e legitimação do conhecimento. A não explicitação do marcador racial, mesmo em abordagens interseccionais ou decoloniais demonstra o quanto a especificidade das mulheres negras rurais segue sendo negligenciada na agenda científica nacional.

Esse apagamento não pode ser interpretado apenas como uma falha metodológica: ele é revelador das hierarquias que estruturam o campo acadêmico, historicamente marcado por práticas de silenciamento e exclusão de sujeitos subalternizados. Reverter esse cenário implica reconhecer que o campo e as ruralidades são atravessados por múltiplas desigualdades e que a pluralidade dos sujeitos que nele vivem, especialmente as mulheres negras, precisa ser visibilizada. Tal tarefa exige um compromisso ético e político da academia com uma ciência socialmente referenciada, que enfrente as lógicas de marginalização e promova a inclusão de saberes e vivências historicamente desconsideradas.

Essa omissão tem raízes profundas. Como destaca Rosângela Veras (2019), mesmo com os avanços institucionais em termos de direitos humanos, a universalização desses direitos ainda não alcança grupos historicamente subalternizados, como é o caso das mulheres negras em contextos rurais. Elas vivem a interseção de múltiplas opressões: de classe, raça, gênero e território e, como observa Neusa Gusmão (1994), são peças fundamentais na resistência às formas de exploração e exclusão impostas pela lógica mercantil, mas continuam sendo desvalorizadas e marginalizadas.

Nesse sentido, a constatação de Maria Souza (2020) sobre a necessidade de ampliação das temáticas abordadas pelos grupos de pesquisa, incluindo, entre outras, a sexualidade, juventude rural, envelhecimento, educação inclusiva e as relações de gênero, é extremamente pertinentes. A autora aponta para o potencial transformador de tais agendas, ainda pouco exploradas, e destaca que o fortalecimento dessas linhas é fundamental para que sujeitos historicamente negligenciados possam “viver, ao invés de apenas sobreviver” (Souza, 2020, p. 12).

A centralidade da educação nesse processo não pode ser subestimada. Para as mulheres negras do campo, ela vai muito além do acesso à escola formal: trata-se de um instrumento de resistência, de valorização cultural, de construção de autonomia e de luta por justiça social. A educação pode favorecer processos emancipatórios, pois promove o empoderamento individual e coletivo, ao mesmo tempo que desafia narrativas hegemônicas que desconsideram os saberes e as trajetórias dessas mulheres. Além disso, ela permite o fortalecimento da participação política, a afirmação de identidades e a quebra dos ciclos históricos de dominação e exclusão.

Portanto, investir na ampliação das pesquisas que contemplem as mulheres negras rurais e suas múltiplas experiências, bem como defender o direito à educação em sua forma mais ampla e transformadora, constitui um compromisso ético e político com a construção de uma ciência mais justa, comprometida com a equidade e com a produção de conhecimento socialmente referenciado. Trata-se de reconhecer que o campo não é um espaço homogêneo e que nele habitam sujeitos diversos, cujas histórias, lutas e saberes precisam ser visibilizados e valorizados. Somente assim será possível reverter a lógica de exclusão que ainda persiste nos meios acadêmicos e, por consequência, na sociedade em geral.

## Considerações finais

Ao longo deste estudo, explorou-se a complexa interseção entre educação no meio rural, estudos de gênero e a produção de conhecimento a

partir de uma perspectiva crítica e decolonial. Ficou evidente a lacuna significativa de investigações recentes sobre o processo educativo de sujeitos do campo, refletindo a negligência histórica tanto por parte de órgãos governamentais quanto de acadêmicos.

A ausência de estudos sobre mulheres negras do campo é particularmente preocupante, pois perpetua a invisibilidade de suas experiências e contribuições. Contudo, as teorias feministas negras e decoloniais têm produzido um arcabouço crítico, que tem nos auxiliados no enfrentamento às estruturas de poder que perpetuam tal marginalização e silenciamento. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade urgente de ampliar o cânone acadêmico para incluir perspectivas que historicamente foram ignoradas ou subestimadas, reconhecendo a diversidade epistemológica e cultural e valorizando a pluralidade de vozes e saberes que enriquecem nosso entendimento do mundo e das relações sociais.

Ao realizar pesquisas com esse compromisso, é importante garantir que não sejam apenas documentadas/armazenadas, mas também que sejam disseminadas e promovam mudanças efetivas na sociedade, mais especificamente nas políticas educacionais e sociais. No caso das temáticas rurais, tal disseminação pode ocorrer através do trabalho contínuo entre academia, movimentos sociais e comunidades rurais, visando construir pontes de solidariedade e colaboração.

Embora haja uma produção significativa de pesquisas sobre a Educação do Campo, há uma lacuna evidente nos estudos focados em sujeitos específicos, como as mulheres negras. A escassez de grupos de pesquisa que abordem de forma explícita e centralizada a educação dessas mulheres é preocupante, especialmente considerando seu histórico de resistência e contribuição crucial para a manutenção de suas comunidades. É preciso garantir que essas mulheres não apenas sobrevivam, mas vivam com dignidade e reconhecimento dentro da sociedade.

Em última análise, este estudo reafirma a importância de uma educação crítica e emancipatória, capaz de desafiar as normas dominantes e contribuir para a construção de um futuro mais justo, onde todas as vozes são ouvidas e

todas as identidades são respeitadas. Os resultados apresentados reforçam a necessidade de ampliar agendas de pesquisa comprometidas com as intersecções entre raça, gênero e território.

## Notas

1 Este estudo fundamenta-se em uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida por uma das autoras no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. A investigação tem como eixo central o rural e a formação escolar de seus sujeitos, com especial atenção às mulheres negras.

## Referências

- ALANIZ, Erika Porceli; MANTOVANI, Talita Rafaela D'Agostini; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Política de formação profissional no Brasil: uma análise do programa mulheres mil. **Org e Demo**, v. 17, n. 01, p. 85–100, 2016. DOI: 10.36311/1519-0110.2016.v17n1.06.p85
- BOF, Alvana Maria. (Org.). **Educação no Brasil Rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n.º 5, de 10 de março de 1983. Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 1983. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=233>. Acesso em: 01 jan. 2025.
- BUENO, André Luís Machado.; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. e01511, 2018. DOI: 10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18L1AO
- CARDOSO, Claudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero**. Florianópolis, SC: Instituto de Estudos de Gênero, 2017. Disponível em: [https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/recursos/anais/1499452943\\_ARQUIVO\\_simposiotextofazendogenero13.pdf](https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/recursos/anais/1499452943_ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf). Acesso em 24 jun. 2024.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, p. 259-267, 2012.
- CARMO, Nadyelle Cursino do; NUNES, Fabrizia Gioppo; SANTOS, Alex Mota dos. Território, Sociedade e Desigualdade: Uma Revisão de Literatura. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 01, p. 31–51, 2024. DOI: 10.46551/rvg26752395202413151.
- COLLINS, Patrícia Hill. A mulher negra como teórica social crítica. In: COLLINS, Patrícia H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 2019. São Paulo: Boitempo, p. 1–16. Disponível em [https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2019/12/minilivroboitempo\\_patricia-hill-collins.pdf](https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2019/12/minilivroboitempo_patricia-hill-collins.pdf). Acesso em 22 jul. 2024.
- FERNANDES, Bernardo Maçano.; MOLINA, Mônica Castagna O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, M. S. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do campo**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 53–89, 2004.
- FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e**

**Argumento**, v. 12, n. 29, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Terra de mulheres: Identidade e gênero em um bairro rural negro. **Revista de história**, n. 129-131, p. 81–100, 1994. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i129-131p81-100

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. São Paulo: Cobogó, 2019.

KOLLING, Edgar Jorge *et al.* (org.). **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MAINARDES, Jefferson. Grupos de Pesquisa da área de Educação no Brasil: revisão de literatura. **Cadernos de Educação**, n. 65, p. 1–23 2021. DOI: 10.15210/caduc.v0i65.21571.

MARSCHNER, Walter Roberto. Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas. **Interações**, v. 12, n. 1, p. 41–52, 2011. DOI: 10.1590/S1518-70122011000100005.

MARSCHNER, Walter Roberto. As representações do espaço rural na Literatura Modernista. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 21, p. 393–414, 2015. DOI: 10.15210/caduc.v0i65.21571.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n. 1, 320 p, 2018.

MELO, Stelamaris Torres. O Campo Brasileiro: Breve Histórico e Perspectivas. In: FREIRE, Perla Almeida Rodrigues, PEREIRA, Karla Raphaella Costa (Orgs). **Escola da Terra Ceará**:

conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo. São Paulo: Triunfal, p. 21-316, 2016.

NASCIMENTO, Marcilia Nogueira; TEIXEIRA, Oziel Barbosa. Educação do Campo: fruto de uma luta, esperança de transformação. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1–11, 2021.

PONTES-SARAIVA, Ana.; NEVES, Ciani das. De Patricia Williams a Patricia Collins: Raça, Crítica e Feminismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 2, p. 1169–1202, 2021. DOI: 10.1590/2179-8966/2021/59755.

RECOARO, Deise Aparecida. Sindicalismo de movimento social e feminismo: a organização das mulheres na CUT. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, p. e3811007, 2023. DOI: 10.1590/3811007/2023.

SANTANA, Rosimeiry Souza.; EUGÊNIO, Benedito. A trajetória ocupacional das mulheres negras quilombolas da Lagoa de Maria Clemência. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 14, p. 303–318, 2019.

SANTOS, Abrahão; OLIVEIRA, Luiza de. O bloqueio epistemológico no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 227, p. 250-260, 2021.

SIQUEIRA, Samara Tirza Dias. Raça, gênero e território na produção epistemológica do direito a partir de uma perspectiva Americana. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, 2021.

SOUZA, Maria de. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. **Educação em Revista**, v. 36, p. e208881, 2020. DOI: 10.1590/0102-4698208881.

TURNES, Luiza. **Políticas públicas para grupos de pesquisa:** redes interinstitucionais e internacionalização da pesquisa: estudo de caso junto à UFSC. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

VERAS, Rosangela Souza. Aprendizagens e desaprendizagens sobre direitos sexuais e reprodutivos perante as experiências de saúde das mulheres negras rurais maranhenses. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 5, p. 1–10, 2019. DOI: 10.23899/relacult.v5i5.1594.